

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 24

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para Bolsonaro, gás deveria custar até R\$ 70..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Espaço para os aliados..... 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS convoca 3.400 para explicar licença médica..... 6

AGORA - SÃO PAULO - SP - AGORA/GRANA  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como acertar pendências após perícia do auxílio do INSS..... 7

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto prevê piso especial da Previdência para 'super idosos'..... 8

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

902 mil benefícios vão passar por pente-fino no país..... 9

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Avaliação virtual para BPC tem início no INSS..... 10

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Maternidade garante tempo de contribuição para a aposentadoria a mães argentinas  
(Colunistas - Colo de Mãe)..... 11

PORTAL UOL - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

O que aconteceu ao trabalhador em 2,5 anos sem o Ministério do Trabalho?..... 13

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO  
SERVIDOR PÚBLICO

Descoberto novo site falso que rouba dados de servidores públicos..... 15

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA  
SERVIDOR PÚBLICO

É falso que a apuração das eleições seja feita de forma secreta por servidores do TSE -  
TRIBUNA..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação e modernidade (2)..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator estuda isenção para o Simples..... 20

O ESTADO - FORTALEZA - CE - GERAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entidades de classe pedem arquivamento da reforma do IR.....	21
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Entidades pedem rejeição da reforma tributária.....	22
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Senador prepara texto sobre unificação de impostos.....	24
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes defende reforma ampla.....	25
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA/NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator sugere seguro em parecer.....	26
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE REFORMA TRIBUTÁRIA	
Artigo: Tributação e modernidade.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsonaro atende partidos e indica "fundão" de R\$ 4 bi.....	29
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro fará veto parcial.....	30
O POPULAR - GO - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Tarifa de lixo.....	32
A GAZETA - MT - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Vamos discutir imposto? (3).....	33
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Os múltiplos benefícios da moeda digital (2).....	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação: transitória e persistente (2).....	35
O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL POLÍTICA	
'Carta branca' para Moro, Centrão e número de ministérios: relembre as vezes em que Bolsonaro recuou no discurso.....	37

# Para Bolsonaro, gás deveria custar até R\$ 70

COTADOS - O presidente Jair Bolsonaro afirmou, nesta segunda-feira, 26, que o preço do botijão de gás para o consumidor final deveria ser de no máximo R\$ 70 e novamente culpou **tributos** estaduais pelo valor elevado de produtos essenciais. "Poderia ser vendido a R\$ 60, R\$ 70, no máximo. Depende de o governador colaborar nesse sentido", disse em entrevista à rádio Arapuan, da Paraíba.

Bolsonaro voltou a citar o valor do frete, o ICMS dos Estados e a margem de lucro dos vendedores para justificar o alto custo do gás. "O preço médio de um botijão de 13 kg lá onde ele é engarrafado é R\$ 45. Imposto federal: zero. Então chega a 100, 110 como? Basicamente, é o ICMS, mais o preço do transporte a margem de lucro", disse.

Bolsonaro afirmou que vai vetar qualquer aumento de **impostos** no texto final da **reforma tributária** e responsabilizou o Congresso por eventuais medidas de expansão de **impostos**. No entanto, a proposta do próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê limitar o uso da declaração simplificada do imposto de renda da pessoa física e a cobrança de **tributos** sobre lucros e dividendos. Segundo estimativa da **Receita Federal**, as mudanças resultariam em aumento de R\$ 6,15 bilhões da arrecadação.

"O objetivo principal é simplificá-la, mas passa pelo parlamento, aí muita mudança pode ser feita. O que eu já falei: nós não vamos admitir aumento de carga tributária. Se aumentar alguma coisa, eu veto aquilo que começou comigo mesmo", disse.

Site: <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/27-07-2021-3/>

# Espaço para os aliados

**GERALDA DOCA E FERNANDA TRISOTTO**  
*economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Após garantir o maior orçamento do governo (superior a R\$ 700 bilhões) ao ficar responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões do **INSS**, o novo Ministério do Emprego e Previdência será palco de uma disputa por cargos. A pasta, anunciada para acomodar o atual ministro da Secretaria de Governo, Onyx Lorenzoni, abrirá pelo menos 202 vagas relevantes, com poder de decisão, que poderão ser usadas para indicações políticas.

A expectativa é que o novo ministério seja usado para acomodar aliados do presidente Jair Bolsonaro, especialmente os indicados do chamado Centrão, grupo de parlamentares alinhados com o governo no Congresso.

Do total de cargos que serão abertos, o ministro prometeu manter a equipe técnica responsável pelas áreas trabalhista e previdenciária em Brasília, o que significa um total de 60 vagas, além de seis cargos da Dataprev (estatal de processamento de dados do governo). Na prática, seria apenas a transferência de vagas do Ministério da Economia a outra pasta. Não há, porém, garantia de que o ministro vá manter os nomes atuais nos postos.

## À DISPOSIÇÃO DA CASA CIVIL

Existem ainda 27 superintendências regionais do trabalho nos estados. Além disso, há cinco superintendências e 104 gerências-executivas do **INSS** em todo o país. Esses postos são cobiçados por políticos, porque cuidam de áreas ligadas diretamente ao atendimento ao cidadão e estão presentes em diversos municípios. A tendência é que esses cargos fiquem à disposição para serem negociados pelo futuro ministro da Casa Civil, senador Ciro Nogueira (PP-PI), um dos principais líderes do Centrão.

Para nomear Ciro, Bolsonaro colocará o atual ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na Secretaria de Governo e deslocará Onyx desta pasta para o novo ministério.

As superintendências regionais do trabalho coordenam as ações da fiscalização do trabalho, visitas às empresas. Elas têm o poder de embargar obras e interditar estabelecimentos, autuar e multar empregadores, além de atender a decisões judiciais para realização de perícias sobre segurança dos

trabalhadores.

Além disso, os cargos têm salário entre R\$ 13,6 mil e R\$ 16,9 mil e contam com outros benefícios, como auxílios e diárias. A nova pasta contará também com uma estrutura básica de apoio, como gabinete, assessoria parlamentar, ouvidoria, consultoria jurídica e assessoria de comunicação, entre outros departamentos.

Também irá para o novo ministro a gestão dos contratos com a Dataprev para processar benefícios do **INSS**, o seguro-desemprego e o Benefício Emergencial para manutenção do emprego. O custo do contrato é de R\$ 334 milhões por ano.

O novo ministério será criado por medida provisória (MP), e o formato final ainda está sendo desenhado por técnicos da Economia e Casa Civil. Por se tratar de uma MP, as regras começam a valer imediatamente, mas precisam ser validadas pelo Congresso em um prazo de 120 dias.

## GUEDES DISPUTA EQUIPE

Apesar das declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, a favor da recriação da pasta, técnicos que cuidam da burocracia da Economia travam uma disputa nos bastidores com a equipe de Onyx. Isso porque Guedes não estaria disposto a ceder servidores que cuidam da área-meio, mas apenas as áreas diretamente ligadas à atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. O ministro da Economia pretende entregar uma estrutura enxuta, apenas o suficiente para tocar medidas por emprego. Sendo assim, caberia à Casa Civil criar novos cargos para montar a estrutura da nova pasta.

Esse pacote básico abrange, por exemplo, a subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração. Atualmente, as secretarias que estão sob o guarda-chuva do Ministério da Economia compartilham essa estrutura. Com o desmembramento do Trabalho, é preciso remanejar servidores para montar essa unidade, que existe em todos os ministérios.

O processo é repleto de burocracias, e essa fase exige atenção, porque deixar alguma função básica de fora pode comprometer o funcionamento do futuro ministério.

Também é preciso fazer a revisão, cargo a cargo, das

competências técnicas de todas as funções que serão transferidas para a nova pasta. Encerrada essa etapa é que começam a ser preparados os decretos de transferência de pessoal.

As cerca de 200 vagas que Onyx terá se referem a cargos de gestão e poder de decisão. Mas há ainda cargos com atribuições que não são ligadas diretamente à gestão que são de livre indicação para nomeação, embora tenham salários mais baixos.

Levantamento feito pelo GLOBO no painel de Raio X da Administração, do Ministério da Economia, mostra que, em maio deste ano, estavam ocupados 156 cargos de livre nomeação na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Esses cargos são chamados tecnicamente de DAS. Desses cargos, a maior parte (142), ficam entre os níveis DAS 1 e DAS 4, cujos salários variam entre R\$ 2,7 mil e R\$ 10,3 mil.

No **INSS**, o portal aponta a ocupação de 457 cargos de livre nomeação em maio, a maior parte do primeiro nível da vaga, com salário mais baixo. Procurado, Onyx não comentou o assunto.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# INSS convoca 3.400 para explicar licença médica

**Ana Julia Chan**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) investiga possíveis fraudes e pagamentos indevidos a beneficiários do auxílio-doença e convoca, a partir do mês que vem, 3.400 profissionais afastados do trabalho no Estado para dar explicações.

O Ministério da Economia prevê a revisão de mais de 170 mil benefícios entre agosto e dezembro, sendo que 3.400 serão no Estado, conforme especialistas. Quem for chamado deve agendar o exame em até 30 dias e, em seguida, comparecer à agência onde a perícia será feita, na data e hora marcadas.

A advogada e coordenadora estadual do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Maria Regina Couto Uliana, explicou que a operação é uma forma de avaliar a capacidade do segurado de retornar ao trabalho e, assim, verificar se o benefício deve ser mantido ou suspenso.

No entanto, ela defende que a operação seja feita não só para cortar gastos - isto é, que deve ser baseada em critérios claros e justos.

"É importante que revejam não só para cortar benefícios dos segurados, mas para ver aqueles que realmente precisam do benefício para manter sua sobrevivência; daqueles que realmente não podem trabalhar mais", pondera.

As convocações para a perícia já começaram a ser feitas e são enviadas por meio de cartas comuns remetidas aos endereços cadastrados. Os segurados também poderão ser convocados pela rede bancária ou, ainda, por meio eletrônico ou por edital em Diário Oficial.

"Uma orientação importante para os segurados convocados é que compareçam às perícias sempre munidos de laudos médicos recentes, exames, receitas", alerta a coordenadora do IBDP.

Caso o segurado não responda à convocação, os pagamentos poderão ser suspensos. Por isso, é importante que aqueles beneficiários que trocaram de endereço e não informaram para o órgão, certifiquem-se de que o cadastro esteja atualizado - no portal **Meu INSS** ou pelo telefone 135.

Redes sociais são monitoradas e entregam irregularidades

As redes sociais podem ser usadas para avaliar a necessidade do auxílio-doença por parte do **INSS**. O procedimento teve início, efetivamente, em abril de 2018. Um exemplo foi o caso de um segurado que fraudou o sistema e recebeu o benefício, durante 10 anos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o morador de 33 anos, de Olinda (PE), afirmava ter câncer nos pulmões e nos brônquios, desde 2008. Mas, por meio do Facebook, constataram que o beneficiário trabalhava como personal trainer e participava de maratonas, Todas devidamente postadas na rede.

# Saiba como acertar pendências após perícia do auxílio do INSS

O trabalhador que pediu um benefício por incapacidade, como o auxílio-doença, e não conseguiu uma resposta sobre a concessão até as 21 h do dia da perícia médica do **INSS** precisa ficar atento. A falta de resposta indica que há algum erro nos dados ou faltou alguma informação que está impedindo a liberação do benefício.

De acordo como **INSS**, de janeiro a junho deste ano, 650.477 trabalhadores estiveram nesta situação. O procedimento para resolver pendências após a perícia médica é chamado de acerto pós-perícia e é informado pelo portal Meu **INSS**.

Segundo o advogado Wilker Gustavo Marques, esse acerto já era feito nas agências do **INSS** e, agora, é realizado de forma virtual.

"[O segurado] fazia a perícia, ia para o balcão fazer os acertos cadastrais, apresentava carteira de trabalho, RG, CPF, endereço, arrumava tudo ali. Como não tem mais os servidores dentro da agência, ele vai ter que fazer de forma online", diz.

Para solicitar o serviço, o trabalhador que estiver sem resposta sobre o seu benefício deve ligar, no dia seguinte à perícia, para o 135 e pedir para que o atendente verifique se há alguma pendência a ser cumprida.

Se houver, pergunte quais documentos precisará enviar e, depois, vá no Meu **INSS**, na opção "Agendamento/ Solicitações". Pelo portal, encaminhe os documentos digitalizados ou fotografados com boa resolução.

O **INSS** afirma que, geralmente, são pedidos documentos cadastrais (como RG e CPF), documentos que comprovem vínculo com o trabalho ou a data do último dia de trabalho.

Caso o **INSS** demore para dar uma resposta, o segurado pode abrir uma reclamação com a ouvidoria do órgão ou entrar com uma ação judicial. Neste último caso, será preciso contar com a ajuda de um advogado, público ou particular, para pedir o mandado de segurança, exigindo retorno imediato do **INSS**.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Projeto prevê piso especial da Previdência para 'super idosos'

O Senado vai analisar um projeto de lei que estabelece um novo piso na **Previdência Social** para aposentados e pensionistas com 75 anos ou mais (PL 2.440/2021). De acordo com o projeto, esses beneficiários teriam direito a um reajuste pelo índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3Í), que é mais alto do que a **inflação** geral. A proposta é do senador Lasier Martins (Podemos-RS), que credita a ideia a Gelcy Pereira Brum, um aposentado gaúcho que escreveu uma carta à mão para o gabinete. Lasier destaca que, com a **inflação** crescente, os idosos com 75 anos ou mais estão entre os mais prejudicados. "A situação dos super idosos é marcadamente diferente, tanto pela real impossibilidade de se ocupar no mercado de trabalho, como pelos elevados custos para a sua sobrevivência", escreve ele em sua justificativa para o projeto. Lasier, que faz parte desse grupo social (tem 79 anos), destaca os gastos com medicamentos e serviços de saúde como despesas que pesam mais para os "super idosos" do que para o restante da população. Segundo o texto, o piso da Previdência para os beneficiários de 75 anos ou mais partirá do valor atual do salário mínimo (R\$ 1.100,00), mas será atualizado anualmente pelo IPC-3i se este for maior do que o reajuste anual do mínimo - se não for, ele seguirá o reajuste.

**Site:**

[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_14\\_edic\\_a\\_o\\_3238](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3238)

# 902 mil benefícios vão passar por pente-fino no país

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem auxílio-doença sem data de cessação há mais de seis meses e não passaram por perícia-médica devem ter atenção redobrada: 170 mil benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) vão passar por um pente-fino a partir de agosto. E as cartas já estão sendo enviadas para estes segurados em todo país.

Essa reavaliação se soma às 732.586 convocações feitas pela autarquia, que atualmente tem mais dois programas em andamento (revisão administrativa e revisão de rotina dos Benefícios de Prestação Continuada), informou o **INSS**. Em todos os casos, é importante destacar que se o segurado não responder à convocação do órgão e agendar a perícia médica em 30 dias, terá o benefício cancelado.

De acordo com a advogada Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), não há como conferir se foi chamado para realizar o pente-fino e dá a dica.

- Os segurados devem ter o endereço sempre atualizado, pois a comunicação pode ir por e-mail e, caso esteja em área de risco onde não chega carta, pode mudar o endereço-, diz Bramante.

A autarquia informa em nota: "assim que receber a carta, o beneficiário deve acessar o Meu **INSS** (gov.br/meuinss) pelo site ou aplicativo e ficar na opção "Agendar Perícia". Esse agendamento também pode ser feito pelo telefone 135. É bom lembrar que o prazo para fazer esse agendamento é de 30 dias, a contar do dia em que a pessoa recebeu a carta. Quem perder esse prazo, terá o benefício suspenso".

O **INSS** orienta o segurado a anotar a data e o horário agendado para a perícia e não faltar neste dia. Caso não possa ir ao **INSS** na data agendada, ela deve reagendar a perícia pelo telefone 135.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Avaliação virtual para BPC tem início no INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deu início, ontem, ao projeto-piloto que vai implementar a avaliação virtual para o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Segundo o instituto, "o novo método por videoconferência regulamentado pela Portaria nº 1.328 torna-se uma alternativa eficaz para agilizar os benefícios". O objetivo é que futuramente este procedimento possa ser feito por prefeituras e associações.

Durante esta fase inicial, que vai ser cumprida entre os dias 26 de junho e 27 de agosto, os segurados com deficiência que aguardam essa etapa do processo poderão ir a até uma agência do **INSS**, onde terão acesso a toda infraestrutura técnica e profissionais que prestarão o apoio necessário. No Rio, a agência que está participando do experimento é a Gerência Executiva do Rio de Janeiro - Norte, em Irajá.

O agendamento da análise remota será realizado pelo Meu **INSS** com a definição de data, hora e local para o atendimento de acordo com a oferta de vagas.

"Embora a avaliação social online apresente diversos benefícios, os assistentes sociais e segurados devem levar em consideração algumas regras que garantam a preservação do devido processo legal. Por isso, neste período de teste, a entrevista será realizada em um ambiente controlado, dentro das agências do **INSS**", explicou o **INSS**.

A análise virtual para concessão do BPC vai ser realizada por uma plataforma de vídeo. Na data previamente combinada pelo agendamento, profissionais responsáveis pelo apoio técnico devem preparar os equipamentos, identificar o cidadão, acompanhá-lo até a sala de atendimento, aguardar a entrada do assistente social e confirmar a identificação do segurado, que deverá apresentar um documento original válido. Em seguida, o apoio deve se retirar da sala, para fins de manutenção do sigilo. Caso a análise não seja concluída, caberá um novo agendamento.

**ATENÇÃO!**

Saiba tudo sobre Benefício da Prestação Continuada

Quem pode solicitar?

Aqueles que nunca pagaram mensalmente o carnê previdenciário podem conseguir o Benefício de Prestação Continuada (BPC), popularmente conhecido como LOAS.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

**Critérios**

Tem direito ao BPC o brasileiro, nato ou naturalizado, e as pessoas de nacionalidade portuguesa, desde que comprovem residência no Brasil e renda por pessoa do grupo familiar inferior a ¼ de salário mínimo atual.

Também podem solicitar o benefício, de acordo com o **INSS**, as pessoas que apresentam impedimentos de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**Site:**

<https://edicao.odia.com.br/2021/07/27/20514c/issue9303.pdf>

# Maternidade garante tempo de contribuição para a aposentadoria a mães argentinas (Colunistas - Colo de Mãe)

## Divulgação

As mães argentinas acima dos 60 anos, que não tiverem o tempo total de contribuições para se aposentar pelo sistema social de previdência do país, poderão incluir um número determinado de anos para conseguir a aposentadoria.

O total a ser adicionado como contribuição vai variar conforme a quantidade de filhos, se são adotados ou não, e caso sejam portadores de deficiência. Na Argentina, são necessários 30 anos de contribuição para a aposentadoria das mulheres.

A regra passará a valer no dia 1º de agosto e tem como objetivo garantir a aposentadoria de mulheres de baixa renda, que não recebam pensão previdenciária e não atingiram o tempo total de contribuição, após se dedicarem ao cuidado dos filhos.

O decreto 475/2021, de 17 de julho de 2021, trata do reconhecimento das contribuições por tarefas de cuidado, beneficiando diretamente as mulheres que abrem mão de parte da carreira para se dedicar à maternidade e aos cuidados da família, especialmente as de baixa renda.

O anúncio da medida já havia sido feito na semana anterior, pelo presidente da Argentina, Alberto Fernández, e por Fernanda Raverta, diretora-executiva da Anses (Administración Nacional de la Seguridad Social).

Segundo as regras, o nascimento de cada filho garante um ano de contribuição previdenciária à mulher. Se a criança for adotada, são dois anos. Caso o filho ou filha seja pessoa com deficiência a mãe ganha mais um ano de contribuição. Para quem recebeu abono universal (espécie de Bolsa Família) por filho ou filha por, no mínimo, 12 meses, há o direito a mais dois anos.

Além disso, o período de licença-maternidade das mulheres que tenham usufruído do benefício passa a contar para a aposentadoria.

No site da Anses, o governo afirma que a medida

"repara uma desigualdade histórica e estrutural na distribuição das tarefas de cuidado, reconhecendo e valorizando o tempo que as mulheres destinaram e destinam à criação de seus filhos e filhas".

Ao todo, 155 mil mulheres entre 60 e 64 anos devem ser beneficiadas pela medida.

O avanço argentino na proteção aos direitos de mães e filhos, garantindo às famílias dignidade na hora de pedir o benefício é louvável. Ganha a mãe, que teve de sair do mercado de trabalho para se dedicar ao rebento, ganha o filho, que pôde ficar sob os cuidados maternos, e ganha a família em si, com as mulheres reconhecidas como cuidadoras da sociedade, e recebendo algum tipo de benefício por isso.

No Brasil, há proteção materna um pouco diferente, destinada às donas de casa de baixa renda. A opção de aposentadoria para essas trabalhadoras foi incluída na **Previdência Social** por meio de PEC (proposta de emenda à Constituição), do governo Lula, em 2005.

A regulamentação da medida veio por MP de Dilma Rousseff, em 2011, determinando às donas de casa de baixa renda a possibilidade de pagar 5% sobre o salário mínimo ao **INSS**, para ter a aposentadoria no futuro. A regra valê para as menos favorecidas. Aqui, no entanto, as mulheres precisam de, no mínimo, 15 anos de contribuição à Previdência, metade do que é exigido na Argentina.

O problema, lá e cá, ou seja, na Argentina e no Brasil, é que precisamos não apenas proteger a mulher socialmente falando, mas necessitamos urgentemente de respeitar a mulher que é mãe, dando-lhe oportunidades de emprego iguais às demais mulheres, não mães, e como damos aos homens.

Para isso, é preciso investir num sistema integrado de cuidados com as crianças, que seja público e universal, ou seja, aberto para mulheres de várias faixas de renda, que seja condizente com a realidade do mercado de trabalho brasileiro, especialmente em grandes cidades.

Hoje, em geral, faltam vagas nas creches,

principalmente nas periferias de capitais, especialmente na cidade de São Paulo. E, mesmo quando a mãe consegue uma vaga na unidade, o horário não condiz com o tempo que levará para chegar ao trabalho e para voltar para casa. Um atendimento das 7h às 17h não é adequado quando se tratam de empregos que ficam a duas horas de distância dos locais de moradia.

Sempre defendi uma proteção à mulher na aposentadoria, já que, o mercado de trabalho ainda não nos oferta oportunidades iguais. No entanto, aqui, fomos na contramão. Na reforma da Previdência de 2019, o "bônus" que ganhamos por sermos cuidadoras dos filhos e da sociedade em geral foi ter de esperar e seguir trabalhando por mais dois anos.

A idade mínima do benefício, na nova regra, subiu dos antigos 60 anos para 62 anos. No caso dos homens, não mudou. Aposentavam-se aos 65 anos e seguem assim, no benefício por idade. A diferença é que um homem não carrega, não dá à luz, não amamenta e, em muitos casos, nem embalar sua criança ele embala.

**Site: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/colo-de-mae/2021/07/maternidade-garante-tempo-de-contribuicao-para-a-aposentadoria-a-maes-argentinas.shtml>**

# O que aconteceu ao trabalhador em 2,5 anos sem o Ministério do Trabalho?

**Isaac de Oliveira**

Quando assumiu a Presidência do Brasil, em 2019, Jair Bolsonaro (sem partido) reduziu o número de ministérios, extinguiu, por exemplo, o do Trabalho, criado por Getúlio Vargas em 1930. Nestes dois anos e meio com a pasta integrada ao superministério da Economia, o governo realizou a reforma da Previdência, o programa Emprego Verde Amarelo, que durou apenas alguns meses, mas viu também os números de desemprego aumentarem.

Mas agora o governo planeja recriar o Ministério do Trabalho, com o novo nome de Ministério do Emprego e da **Previdência Social**. O cotado para assumir o novo ministério é Onyx Lorenzoni, que hoje está à frente da Secretaria-Geral da Presidência.

Relembre a seguir como foi a atuação do governo nas questões trabalhistas nesses anos sem o Ministério do Trabalho.

Prioridade da equipe econômica liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência da gestão Bolsonaro foi entregue ao Congresso em fevereiro de 2019.

Apesar de novo, o projeto reunia algumas ideias do texto do ex-presidente Michel **Temer**, como a criação de uma idade mínima para todos os trabalhadores se aposentarem.

Foi estabelecida uma idade mínima para aposentadoria de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens. O tempo mínimo de contribuição das mulheres, na regra geral, continua sendo de 15 anos. Homens que já contribuem serão exigidos 15 anos e os que não ainda não estão inscritos no **INSS** precisarão contribuir por 20 anos.

Já para o cálculo do valor da aposentadoria, as mulheres terão que contribuir por 35 anos para conseguir 100%, e os homens, por 40 anos.

Entre os pontos polêmicos, a reforma alterou, por exemplo, as regras para o cálculo da média salarial e da pensão por morte. No caso da primeira, agora são considerados 100% de todos os salários de contribuição do trabalhador desde julho de 1994. Antes da reforma,

eram levados em conta 80% das maiores contribuições, e as 20% menores eram descartadas do cálculo. Isso deixava o valor da aposentadoria maior. Veja em detalhes dados sobre a reforma da Previdência.

Em setembro de 2019, os brasileiros passaram a contar com a Carteira de Trabalho Digital, documento totalmente eletrônico e equivalente à antiga Carteira de Trabalho e **Previdência Social** física.

Embora o aplicativo existisse desde 2017, a substituição oficial do documento físico pelo digital só aconteceu naquele mês, depois da regulamentação.

Com a mudança, o empregador que usa o eSocial (sistema virtual do governo para prestação de informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias) não precisa fazer nenhuma anotação na Carteira de Trabalho de papel.

O trabalhador só precisa informar o número do CPF no momento da contratação. Todos os contratos de trabalho, novos e já existentes, e todas as anotações, como férias e salário, são feitas eletronicamente. E as informações podem ser acessadas de qualquer lugar pelo aplicativo ou pela internet.

Em abril do ano passado, o governo autorizou, por meio da Medida Provisória 936, que empresas negociem acordo de redução temporária de jornada e salário, ou mesmo a suspensão do contrato de trabalho.

Como contrapartida, o governo federal passou a pagar ao empregado o BEm (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda), que podia chegar até R\$ 1.813,03 por mês (teto do seguro-desemprego à época).

Em 2020, o governo destinou R\$ 33,5 bilhões ao programa, que registrou mais de 10 milhões de acordos entre empresas e trabalhadores.

O benefício foi renovado em 2021, por meio de uma MP que abriu crédito extraordinário de R\$ 9,98 bilhões ao Ministério da Economia. Agora, o valor máximo do benefício pode chegar a R\$ 1.911,84 por parcela, já que o limite pago pelo seguro-desemprego foi ajustado neste ano.

Bolsonaro chegou a lançar um programa que visava ao aumento de empregos, por meio da redução de direitos trabalhistas, mas o projeto não vingou.

Batizado de Emprego Verde Amarelo, a MP do programa foi revogada pelo presidente diante da resistência do Senado, e após poucos meses de duração.

Também chamado de Carteira Verde e Amarela, o programa de estímulo a contratações de jovens em primeiro emprego abriu 13 mil vagas de janeiro a abril, respondendo por apenas 0,25% dos empregos formais entre janeiro e abril de 2020 - período em que vigorou.

A recriação do programa volta e meia é citada pelo governo, inclusive no atual momento de uma possível volta do Ministério do Trabalho. Segundo Guedes, Onyx comprometeu-se a seguir o planejamento de trabalho da área, que tem entre as próximas metas o lançamento da chamada carteira de trabalho verde e amarela.

Nos dois anos e meio em que o Ministério do Trabalho ficou sem existir, os indicadores ligados ao emprego tiveram dados divergentes.

Em 2019, por exemplo, a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostrou que os índices de desemprego deram continuidade às quedas observadas em 2017 e 2018.

No ano passado, marcado pelo início da pandemia no Brasil, os dados sobre pessoas sem ocupação dispararam e bateram recordes históricos. A taxa média anual de desemprego foi de 13,5% em 2020, a maior já registrada desde o início da série histórica em 2012. Isso corresponde a cerca de 13,4 milhões de pessoas na fila por um trabalho no país.

Já os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) 2020, divulgados pelo Ministério da Economia, mostram números positivos de emprego: saldo de 142.690 vagas abertas, apesar da crise. Embora o governo tenha comemorado os dados, não é possível compará-los com os de anos anteriores, uma vez que a metodologia da pesquisa mudou em 2020.

Os cenários das pesquisas são destoantes porque o Caged se refere apenas a contratos regidos pela CLT, e a Pnad engloba todo o mercado de trabalho, inclusive o informal.

Veja a comparação anual dos principais indicadores do mercado de trabalho desde 2018.

Taxa média anual de desemprego

Desempregados

Carteira de trabalho assinada

Vagas de emprego com carteira assinada

Salário médio de admissão

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/27/mercado-de-trabalho-antes-e-depois-do-fim-do-ministerio-do-trabalho.htm>**

# Descoberto novo site falso que rouba dados de servidores públicos

Pela segunda vez em poucos dias, o Ministério da Economia pediu a suspensão de um site falso registrado no exterior que rouba informações de **servidores públicos** federais. A página captura usuários e senhas do aplicativo SouGov.br.

atualizam ou alteram dados cadastrais.

**Site:** <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210727>

O alerta foi publicado hoje (26) pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia. O endereço falso é servidor.sougovbr.

online.

Lançado em maio, o SouGov.

br substituiu o aplicativo Sigepe Mobile. A ferramenta tem cerca de 30 serviços disponíveis aos servidores federais, como fornecimento de contracheque, consultas de prévia de salário, envio de atestados médicos e prova de vida para aposentados e pensionistas .

A secretaria do Ministério da Economia orienta os servidores federais a digitar o login e a senha do SouGov.br somente no aplicativo baixado da loja virtual oficial do governo. Caso alguém tenha inserido os dados no site falso, o órgão pede a troca imediata da senha do Portal Gov.br e dos sistemas Sigac/Sigepe.

Em caso de dúvidas, os **servidores públicos** devem entrar em contato com a Unidade de Gestão de Pessoas do seu órgão ou com a Central de Atendimento Sipep, no telefone 0800-978- 9009. A central também pode ser acessada pela internet.

Este foi o segundo alerta emitido nos últimos dias pelo órgão.

Na sexta-feira (23), a secretaria havia descoberto um site falso, também hospedado no exterior, que coletava informações de usuários e senhas do Sistema de Gestão de Acesso do Governo Federal (Sigac).

O Sigac permite que gestores alterem dados do funcionalismo federal e também dá acesso ao Sigepe. Nesse sistema, os servidores federais do Poder Executivo (ativos e inativos), funcionários de estatais e pensionistas obtêm informações sobre contracheques e férias, baixam comprovantes do Imposto de Renda e

# É falso que a apuração das eleições seja feita de forma secreta por servidores do TSE - TRIBUNA

**GILVAN MANOEL**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) esclarece que é falsa a afirmação de que "a apuração dos votos é feita por meia dúzia de pessoas, de forma secreta (...) em uma sala lá do TSE". Em verdade, a apuração dos resultados é feita automaticamente pela urna eletrônica logo após o encerramento da votação. Nesse momento, a urna imprime, em cinco vias, o Boletim de Urna (BU), que contém a quantidade de votos registrados na urna para cada candidato e partido, além dos votos nulos e em branco. Uma das vias impressas é afixada no local de votação, visível a todos, de modo que o resultado da urna se torna público e definitivo. Vias adicionais são entregues aos fiscais dos partidos políticos.

Esse processo de apuração é realizado pela urna eletrônica antes da transmissão de resultados, que ocorre por uma rede de transmissão de dados criptografados. Ao chegarem ao TSE, a integridade e autenticidade dos dados são verificados e se inicia a totalização (isto é, a soma) dos resultados de cada uma das urnas eletrônicas, por supercomputador localizado fisicamente no tribunal. O resultado final divulgado pelo TSE sempre correspondeu à soma dos votos de cada um dos boletins de urna impressos em cada seção eleitoral do país.

Portanto, o resultado definitivo de cada urna sai impresso e é tornado público após a votação, e ele pode ser facilmente confrontado, por qualquer eleitor, com os dados divulgados pelo TSE na internet, após a conclusão da totalização. Os partidos e política 3 outras entidades fiscalizadoras também podem solicitar todos os arquivos das urnas eletrônicas e do banco de dados da totalização para verificação posterior.

O sistema eletrônico é auditável antes, durante e depois da votação. Utilizado há mais de 25 anos, sem nenhuma comprovação de fraude, o sistema de voto eletrônico adotado no Brasil pode ser auditado antes, durante e após a eleição.

Há, durante todo o processo, diversos mecanismos de auditoria e verificação dos resultados que podem ser

acompanhados pelos partidos políticos, pelo Ministério Público, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por mais de uma dezena de entidades fiscalizadoras, além do próprio eleitor.

Os interessados em fiscalizar a votação podem: acompanhar o desenvolvimento dos sistemas eleitorais; participar do Teste Público de Segurança; acompanhar a preparação das urnas eletrônicas; acompanhar o teste de integridade no dia da votação; verificar os boletins de urna impressos nas seções ou obter sua versão digital por QR Code; ter acesso a todos os arquivos eletrônicos gerados na eleição para verificações; entre outros.

A proposta de contagem de votos impressos manualmente pelos próprios mesários, em substituição à apuração automática pela urna eletrônica, não criaria um mecanismo de auditoria adicional, mas representaria a volta ao antigo modelo de voto em papel, marcado por diversas fraudes na história brasileira.

**Demissão** O deputado estadual Gilmar Carvalho protocolou nesta segunda-feira, 26, uma Representação Criminal para que os Ministérios Públicos Estadual e Federal apurem a demissão do servidor Flávio Cardoso Valença, ocupante do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete I na Secretaria de Saúde da Prefeitura de Aracaju.

**Razão** Gilmar apresentou as Representações aos órgãos embasado pela publicação na edição de 15 de julho de 2021 do Diário Oficial do Município de Aracaju, numa decisão por meio da qual a PMA aplicou ao referido servidor, a penalidade administrativa de destituição do cargo em comissão, tendo em vista a prática da conduta de transferir valores do Fundo Municipal de Saúde para sua conta pessoal. "Di- O deputado estadual Francisco Gualberto ante do relatado é imprescindível que o MPE e o MPF apurem se houve a prática do crime de peculato ou de outros delitos previstos na legislação penal", salientou o parlamentar.

**Hospital** Durante visita ao município de Itabaianinha, no final de semana, o deputado federal Gustinho

Ribeiro anunciou que destinou uma emenda parlamentar no valor de R\$ 1 milhão para o Hospital São Luiz Gonzaga.

O anúncio aconteceu durante visita ao hospital, que é um dos mais antigos da Região Sul, e passa por uma obra de ampliação e reestruturação das dependências da unidade. "Sei da importância do SUS para nossa gente e o meu compromisso é continuar trabalhando para trazer recursos e levar uma saúde de qualidade para todos os sergipanos", afirmou Gustinho.

Mulher negra Ainda em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Tereza de Benguela, a vereadora Professora Ângela Melo (PT) realizará uma Live com o tema Mulheres Negras e Políticas Públicas, na próxima quinta-feira (29) a partir das 19h.

A Live - que terá transmissão ao vivo pelo facebook e youtube da parlamentar - contará com a participação de duas mulheres negras jovens, Mariana Janeiro e Taíres Santos. Mariana é comunicadora política, feminista negra, especialista em Comunicação, Filosofia e Semiótica e, atualmente, Secretária Nacional de Mobilização do PT. Taíres é farmacêutica, afropesquisadora, mestrandia em Culturas Populares na UFS e, atualmente, Secretária de Movimentos Populares do PT Sergipe. Fake news Novos elementos sobre a participação do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) em uma rede de disparo em massa de notícias fraudulentas durante as eleições de 2018 devem fortalecer os processos contra ele em curso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde avançam as ações envolvendo a chapa Bolsoanro/Mourão.

Na volta do recesso, em agosto, os ministros do TSE analisarão as provas do inquérito das fake news compartilhadas por Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Corte eleitoral.

Há indícios de que o material possa ter relação com as eleições passadas, diz reportagem do jornal O Globo.

Informações O objetivo da corte eleitoral é cruzar as informações com as apurações do uso indevido de meios de comunicação e do abuso de poder econômico em razão de disparos de mensagem em massa.

De acordo com os documentos encaminhados ao TSE, o esquema operado na eleição presidencial de 2018 teria sido ilegalmente financiado por empresários, por meio de recursos não declarados.

Além de captar dinheiro de empresas para campanha eleitoral, o que é proibido por lei, o esquema envolveu

a formação de caixa dois para disseminação de informações falsas em favor de Bolsonaro e contra seus adversários.

Praia do Saco A 7ª Vara Federal de Sergipe - Subseção Judiciária de Estância informa que as Ações Cíveis Públicas (ACPs) referentes à Praia do Saco (Boa Viagem) passarão por audiências de conciliação nos dias 2, 3, 8, 9, 10 e 15 de setembro e entre os dias 4 e 8 de outubro. As partes interessadas terão a oportunidade de negociar com o Ministério Público Federal (MPF) uma solução amigável para o processo, de acordo com a realidade de cada caso. As audiências serão realizadas pelo Centro de Conciliação (Cejusc) da Justiça Federal em Sergipe (JFSE), por meio da plataforma virtual Google Meet. O agendamento de datas e horários será informado nos respectivos autos.

Agricultura O Dia do Agricultor Familiar, comemorado em 25 de julho, foi lembrado pelo deputado Iran Barbosa (PT). O parlamentar destacou que há famílias que além do trabalho duro, enfrentam diariamente várias dificuldades.

"São dificuldades impostas por um modelo político e de produção, que privilegia os interesses do agronegócio no campo brasileiro: o envenenamento pelos agrotóxicos, o poder das corporações, a falta de crédito, a ausência de direitos trabalhistas, a violência da grilagem e do latifúndio", observa.

Força Iran Barbosa parabenizou as pessoas que representam a força vital da agricultura familiar e camponesa no Brasil.

"Trabalhadores e trabalhadoras que resistem para fazer chegar os alimentos às mesas das nossas famílias, dirigimos nossa solidariedade e nossa melhor homenagem.

São bravas famílias formadas por camponesas e camponeses, assentados, quilombolas, indígenas, marisqueiras, silvicultores, pescadores, extrativistas que lutam com sua organização e seu labor, para tentar manter a fome distante dos lares brasileiros", complementa.

Agosto lilás Publicada no Diário Oficial a Lei nº 8.577, que institui o Agosto Lilás, mês voltado a uma maior sensibilização da sociedade sobre a necessidade de se combater a violência contra a mulher. A sanção governamental ocorreu no dia 16 de setembro de 2019, na edição nº 28.273. De autoria da deputada estadual, Maria Mendonça (PSDB), a propositura sugere, também, a divulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que completará 15 anos de vigência no próximo dia 07 de agosto. Além da realização de

campanhas educativas e a divulgação da lei.

Assembleia O deputado estadual Francisco Gualberto (PT), vice-presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, demonstrou nas últimas semanas muito incômodo com ataques sofridos pela Casa e que partiram de membros do próprio poder legislativo.

Mesmo ciente de que o parlamento é um ambiente muito plural, ele acredita que a importância da Assembleia para a sociedade suplanta esse tipo de pensamento contrário. "É natural que existam pessoas com personalidades diferentes, mas chegar ao desnível de querer abater a Assembleia Legislativa para se promover, enquanto eu estiver nessa Casa não aceitarei.

E quando sair dela, seja para ir para outra função política, seja para voltar a outro tipo de vida fora da política, não me negarei a falar sobre a importância da Alese", afirma o deputado.

Federal Defensor intransigente do parlamento estadual, Gualberto planeja outro tipo de atuação política nos próximos anos. "Todos sabem que já anunciei que colocarei o meu nome para disputar as próximas eleições buscando uma vaga de deputado federal, mas isso somente Deus sabe se vai dar certo ou não. Mas uma coisa todos podem ter certeza: quando chegar a época eleitoral será minha obrigação dizer que se me sinto preparado para defender o estado de Sergipe, preparado par defender questões nacionais que interessem ao povo brasileiro, jamais irei negar que é por causa de algumas contribuições que tive na vida política", argumenta.

Cinco mandatos Deputado estadual desde 2003, portanto há cinco mandatos, Francisco Gualberto exerceu a função de liderança do governo em várias ocasiões, passando pelas gestões de Marcelo Déda, Jackson Barreto e Belivaldo Chagas. Nesse período, foi responsável por inúmeras negociações entre categorias de **servidores públicos** e gestores das mais diversas pastas no âmbito estadual.

Essas negociações, na maioria das vezes, significaram melhorias salariais e de condições de trabalho para milhares de servidores em Sergipe.

## Tributação e modernidade (2)

**BENITO SALOMÃO**

Ainda sob os danos de uma crise sanitária que está prestes a ceifar a vida de 550 mil brasileiros e às vésperas de um ano eleitoral que promete ser o mais duro dos últimos 35 anos, o Congresso brasileiro mergulha em reformas econômicas desconectadas do contexto sanitário e de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento do país. Um exemplo disso é a proposta de reforma do imposto de renda que tramita na Câmara via PL 2337/21.

Antes de adentrar nos aspectos mais técnicos da supracitada reforma, é preciso se ater às questões políticas, igualmente importantes. Sobre isso, duas questões deveriam ser respondidas: i) Por que uma reforma do Imposto de Renda, seja ela boa ou ruim, precisa ser aprovada agora e não pode esperar até 2023, de forma que seja objeto de debate público e eleitoral e tenha a legitimação do eleitor? ii) Qual a possibilidade de um modelo tributário bem-feito sair de uma reforma fatiada, isto é, aprovada em etapas, sem estabelecimento claro do que é prioridade e do que é secundário? Aliás, qual o critério de prioridade de uma **reforma tributária** aos moldes do que tramita na Câmara? Por que o Imposto de Renda e, não, a unificação de **impostos** indiretos em um único IVA?

As respostas para tais questões devem ser dadas pelas autoridades empenhadas na aprovação dessa reforma, mas algumas considerações devem ser feitas. Em relação à primeira questão, a aprovação de uma reforma por um governo impopular, cuja capacidade de reeleição é baixa e em um período próximo das eleições, pode fazer com que o assunto volte à baila política a partir de 2023, sobretudo se a atual oposição vencer as eleições. Em outras palavras, os açosamentos para aprovação de uma medida de tamanho impacto pode levar o próximo governo eleito a visitar o assunto e reformar a reforma. Melhor seria que o parlamento tivesse gastando esse capital político para aprovar medidas emergenciais para lidar com a crise sanitária que ainda mata muitos brasileiros.

Em relação à segunda questão, há fatores mais técnicos envolvidos sobre os quais é preciso empenhar maior atenção. Um regime tributário deve se pautar por alguns princípios: i) simplicidade, ou seja, passível de ser compreendido pelo contribuinte, ii) progressividade, o que significa que os **impostos** devem recair em maior volume sobre contribuintes com maior capacidade de pagamento e, iii) eficiência,

isto é, o sistema tributário não pode causar ineficiências no sistema econômico, criando incentivos à sonegação, ao planejamento tributário e, principalmente, à alocação subótima dos recursos na economia.

O primeiro problema do projeto em trâmite é que ele não traz ganhos adicionais em nenhum dos princípios listados acima. Pelo critério da eficiência, uma reforma do IVA parece que traria mais ganhos à economia como um todo, pois unificaria vários **impostos** indiretos em um único imposto a incidir sobre valor agregado, impedindo, por exemplo, a tributação em cascata nas várias etapas das cadeias produtivas que minam a eficiência do sistema. Pela mesma razão, tal reforma não parece tornar o sistema tributário mais simples, pelo contrário, todas as mazelas do atual sistema, que o tornam excessivamente complexo e criam um elevado contencioso tributário, não são tocadas pela reforma.

Finalmente, no que se refere à progressividade, as melhoras são tímidas e poderiam estar incorporadas em uma **reforma tributária** mais ambiciosa. Resolver o problema da regressividade da carga tributária no Brasil requer um olhar especial quanto aos **impostos** sobre patrimônio, que, por sua vez, são constitucionalmente delegados a estados e municípios como IPVA, ITR e IPTU, respectivamente.

Dois problemas adicionais devem ser levados em conta em uma **reforma tributária**. Ela deve estar associada a um contexto de crise fiscal e estagnação do crescimento econômico ao qual o Brasil está submetido há quase uma década. Em outras palavras, o modelo tributário deve estar alinhado com objetivos da política macroeconômica, que não estão claros neste governo. Como uma reforma dessa natureza pode contribuir com o reequilíbrio das contas públicas e, ao mesmo tempo, não penalizar ainda mais a exaurida capacidade de crescimento da economia brasileira? Lembrando sempre que no Brasil o que determina o tamanho da carga tributária é exatamente o tamanho do gasto público. Apenas para que fique claro, o modelo tributário atual é ruim, precisa, sim, ser reformado, mas para tudo existe um tempo e um contexto. É preciso estabelecer, primeiro, as diretrizes macroeconômicas do país, em seguida vem a escolha dos instrumentos para alcançá-las.

Economista do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU)

# Relator estuda isenção para o Simples

**Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

O relator do projeto de **reforma tributária** do Imposto de Renda, Celso Sabino (PSDBPA), está fazendo cálculos finais para avaliar a possibilidade de isenção da tributação de lucros e dividendos distribuídos para as empresas que estão inscritas no Simples.

A ideia de fazer uma tributação com uma tabela progressiva (quem recebe mais paga uma alíquota maior) para os lucros e dividendos acabou não prosperando, segundo informou Sabino ao Estadão. "Não desenvolveu", disse.

O relator informou que vai manter a alíquota de 20%. A distribuição de lucros e dividendos é isenta no Brasil desde 1995. Sabino pretende manter no seu parecer a isenção até R\$ 20 mil para as empresas que pela legislação são enquadradas como micro e pequenas, que têm faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Nem todas elas estão no Simples. Na prática, as empresas que declaram pelo lucro presumido (uma forma de tributação simplificada) e com faturamento acima de R\$ 4,8 milhões (limite do Simples) terão a cobrança da lucro e dividendos com uma alíquota de 20%.

"Estão consolidadas a alíquota de 20% e a isenção de R\$ 20 mil", disse Sabino.

O relator rebateu a avaliação de que o seu parecer prejudica a classe média. Sabino disse que tem ouvido toda "sorte de absurdos" com narrativas desse tipo, inclusive de profissionais com renda mensal de R\$ 300 mil, como advogados, se autoenquadrando como classe média.

Sabino contou que já conversou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a proposta de isenção do Simples.

"Estamos fazendo as contas. É uma medida de forte ânimo para milhares de empresas", ressaltou.

Segundo o relator, as empresas do Simples, que estabelece um tratamento diferenciado para o pagamento dos **tributos**, não seriam beneficiadas pela redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Pelo parecer do relator, a alíquota do IRPJ cai 12,5 pontos percentuais, passando de 25% para 12,5% para empresas com lucro acima de R\$ 20 mil. Para as

demais, a alíquota básica cai de R\$ 15% para 2,5%.

Fim de auxílio. O relator chamou atenção também para uma medida que vai manter no parecer e que, segundo ele, tem potencial de uma economia de R\$ 1,7 bilhão por ano: o fim da isenção do Imposto de Renda para auxílio-moradia e transporte dos agentes públicos, entre eles políticos, juízes e servidores.

Sabino disse que não abre mão dessa medida no seu texto e está confiante de que ela vai passar no Congresso. Ele lembrou também que o projeto prevê uma economia nas despesas do governo federal de R\$ 300 milhões com a aprovação pelo Congresso do projeto que acaba com os supersalários ao regulamentar o que pode ficar fora ou não do teto remuneratório do setor público federal. O teto tem como base o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje, esse teto é de R\$ 39,3 mil, mas uma série de "penduricalhos" como bônus e auxílios acabam ficando fora do teto e permitindo os chamados supersalários.

## I Impacto

"Estamos fazendo as contas. É uma medida de forte ânimo para milhares de empresas." Celso Sabino  
DEPUTADO FEDERAL (PSDB-PA), RELATOR DA REFORMA DO IR

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Entidades de classe pedem arquivamento da reforma do IR

O texto da reforma do Imposto de Renda continua causando polêmica. Nessa segunda-feira (26), um total de vinte e duas entidades empresariais assinam um manifesto público contra o Projeto de Lei nº 2.337/2021, referente às mudanças no IR. O projeto foi apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no final de junho. O relator do texto da reforma é o deputado federal Celso Sabino (PSDB-BA).

No texto, associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Advocacia Tributária (ABAT), Associações Comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas (ACSP, ACRJ e ACMinas, respectivamente), a Confederação Nacional de Serviços (CNS), o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), entre outras, pedem a rejeição total dos termos propostos.

"A proposta de alteração das regras de tributação do imposto sobre a renda implica aumento da complexidade no sistema tributário brasileiro", diz o texto, que considera o retorno da tributação dos dividendos um retrocesso. "Apelamos aos ilustres Membros do Congresso Nacional que procedam ao arquivamento do projeto", diz o documento.

Ainda segundo o texto, mudar as regras neste momento "promove abalo à segurança jurídica, tanto para os negócios já instalados no país, quanto para novos investimentos, já tão escassos em decorrência do momento de crise que todos enfrentamos".

Segundo as entidades, "imperfeições na política tributária adotada, caso existam, devem ser corrigidas, sem comprometer a estrutura da bem-sucedida política adotada". Entre as principais críticas ao PL também estão a extinção da escrituração simplificada das empresas no lucro presumido e a eliminação da dedutibilidade dos juros remuneratórios do capital próprio.

Segundo cálculos da **Receita Federal**, a tributação de 20% dos dividendos (somada ao fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio) é o item que mais gera arrecadação na proposta do governo, com mais de R\$ 32 bilhões anuais aos cofres públicos a partir de 2023.

Tributação de dividendos A tributação de dividendos é

uma das principais mudanças propostas pela reforma do IR e vem sofrendo resistência de categorias como advogados e médicos, além de representantes da indústria e até do mercado financeiro. Essas categorias querem flexibilizar a proposta para contarem com isenções parciais ou integrais no uso do instrumento.

Uma desidratação nesse ponto desequilibraria ainda mais a proposta, cujo impacto líquido nas contas públicas é negativo em quase R\$ 30 bilhões por ano. A OAB planeja intensificar sua articulação no Congresso para criar uma proteção aos profissionais liberais, para que os dividendos recebidos por eles continuem livres.

Pela proposta do governo e do relator, o instrumento passaria a ser cobrado tanto nesses casos como para investidores do mercado financeiro. Na última semana, o ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que parte da receita obtida pelo governo com o fim da isenção sobre dividendos será usada para financiar a ampliação do programa Bolsa Família, mas voltou atrás e agora deve mudar de estratégia e propor que a reformulação e a ampliação do Bolsa Família não dependam da **reforma tributária** e sim que sejam usadas para bancar o novo programa de transferência de renda, que pode se chamar Renda Cidadã ou Renda Brasil.

**Site:** <https://issuu.pdf-downloader.com/print.php?documentId=210727034126-d5c6a4b52a3b54e50653188aa25f92a6&count=12>

# Entidades pedem rejeição da reforma tributária

**FERNANDA TRISOTTO** *fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com* ±>r BRASÍLIA

Um manifesto assinado por 22 entidades pede a rejeição total da proposta de reforma das regras do Imposto de Renda - tanto o texto apresentado pela equipe econômica quanto o substitutivo do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) são rechaçados. O grupo considera a tributação de dividendos um retrocesso e alega que as alterações aumentam a complexidade do sistema, além de elevar a carga tributária.

Entre as entidades que assinaram o manifesto estão a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat), o Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), a Confederação Nacional de Serviços (CNS), as Associações Comerciais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e a Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil (Britcham).

"A proposta de alteração das regras de tributação do imposto sobre a renda implica aumento da complexidade no sistema tributário brasileiro. A tributação dos dividendos foi acertadamente extinta há 25 anos, com reconhecidos resultados em termos de arrecadação", diz trecho do manifesto. Dividendos são parte do lucro líquido de uma empresa distribuídos aos proprietários ou acionistas. "O retorno da tributação dos dividendos é um retrocesso", afirma o texto.

## IMPREVISIBILIDADE

A análise é que houve uma comparação imprópria com padrões adotados em outros países e que desconsideram o contexto brasileiro. As entidades argumentam que, ao tributar dividendos haverá uma indução à retenção desses lucros, o que vai retardar o pagamento de **tributos** e gerar imprevisibilidade arrecadatória, com efeitos sobre o consumo de acionistas e desincentivo a investimentos em outras empresas.

Coordenador do grupo, o advogado Gustavo Brigagão, presidente do Cesa e sócio do Brigagão Duque Estrada Advogados, avalia que a proposta, ao pesar sobre o contribuinte, terá efeitos perversos:

-O projeto de lei do governo, além de tornar o sistema tributário ainda mais complexo, aumentará

sensivelmente a carga tributária das empresas e da classe média brasileira, bem como gerará insegurança jurídica e desemprego.

O documento diz que mudar as regras, conforme a proposta, atrapalharia a organização das empresas, ampliando a insegurança jurídica e obtendo resultados opostos aos almejados, incluindo um "inaceitável aumento de carga tributária para importantes setores da economia nacional".

O grupo argumenta que "imperfeições na política tributária adotada, caso existam, devem ser corrigidas, sem comprometer a estrutura da bem-sucedida política adotada". Ainda são citados como pontos fracos da proposta a extinção da escrituração simplificada das empresas que optam pelo regime de lucro presumido, a restrição da declaração simplificada para pessoas físicas e a correção da tabela do Imposto de Renda em níveis inferiores aos da **inflação**.

A proposta enviada pelo governo está passando por alterações. O ministro da Economia, Paulo Guedes, vem repetindo que a reforma está na direção certa e que esses ajustes são naturais.

O texto parte de três premissas principais: ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, diminuição do imposto cobrado das empresas e taxaço de lucros e dividendos, que estavam isentos no país desde 1995.

## FAIXA DE ISENÇÃO MAIOR

A faixa de isenção para pessoas físicas deve ser ampliada para R\$ 2,5 mil, ante R\$ 1,9 mil mensais. Essa ampliação foi uma das promessas de campanha de Jair Bolsonaro.

Os pontos que vêm gerando mais debate e alterações são os que envolvem as pessoas jurídicas. Após uma série de críticas de empresas e especialistas, o governo deve propor um corte de 12,5 pontos percentuais na alíquota cobrada das empresas, atualmente de 25%. Inicialmente, a redução seria de cinco pontos percentuais. Para compensar essas reduções, o governo quer taxar os dividendos, partindo de uma alíquota de 20%.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Senador prepara texto sobre unificação de impostos

O senador Roberto Rocha (PSDB -MA) trabalha em um novo parecer para a proposta de emenda à Constituição (PEC) 110, outra perna da **reforma tributária**, e deve apresentar o novo texto em agosto, após o recesso parlamentar. A informação foi antecipada pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Com a tramitação fatiada da **reforma tributária**, coube ao Senado a análise do projeto constitucional que unifica **impostos** e o do passaporte tributário, que prevê a renegociação de dívidas de empresas. Na Câmara, ficaram os textos da alteração do Imposto de Renda e da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unificará os **tributos** federais PIS e Cofins.

## TRIBUTOS SOBRE CONSUMO

A construção desse novo texto no Senado está sendo feita em conjunto com a equipe econômica, que vem se reunindo com o parlamentar para afinar detalhes da proposta. Rocha mantém conversas com o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para definir a data de apresentação do texto.

A fase constitucional da **reforma tributária** vai permitir que a CBS seja fundida com os **impostos** estaduais (ICMS) e municipais (ISS). Dessa forma, o país teria apenas um tipo de tributo incidente sobre consumo.

Rocha já relatava a PEC 110 no Senado e foi o presidente da Comissão Mista da **Reforma Tributária**, que reuniu senadores e deputados para a análise deste texto e da PEC 45. Esse colegiado foi criado a partir de um acordo político entre os antigos presidentes da Câmara e Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-PA). Como não há previsão regimental para essa formação, havia dúvidas sobre o andamento da proposta.

O relatório da comissão foi apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) no início de maio, e parte desse trabalho será incorporado ao novo parecer de Rocha.

Os parlamentares que participaram da comissão mista já haviam pactuado a extinção do PIS, Cofins, ICMS e ISS para a criação de um único tributo, o Imposto sobre bens e Serviços (IBS).

Além disso, sinalizaram a transformação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em um Imposto Seletivo, que incidiria sobre produtos específicos, como bebidas alcoólicas e cigarro.

O ministro Paulo Guedes vem citando essa perna da reforma nas últimas semanas como a etapa natural após a aprovação da CBS. A unificação de **tributos** federais é criticada por ser modesta, mas Guedes defende que é a mudança possível de ser feita no momento. (Fernanda Trisotto)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## Guedes defende reforma ampla

O ministro da Economia Paulo Guedes voltou a defender uma **reforma tributária** ampla. Durante debate sobre a reforma do Imposto de Renda (IR), realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o ministro disse que a proposta atualmente em discussão no Congresso Nacional é o "primeiro capítulo". Guedes ressaltou que, embora a versão inicial apresentada pelo governo para a reforma tenha sido "mais conservadora", o momento agora é de arriscar para o "outro lado".

Segundo o ministro, a proposta inicial do governo sempre foi de uma reforma ampla que mexesse, inclusive, com os encargos trabalhistas, mas o debate "foi interditado". O ministro disse ainda que a **reforma tributária** terá como vetores tributar lucros e dividendos e reduzir a tributação sobre as empresas, que ele classificou como "máquinas de investimentos e de geração de emprego e renda".

"Quem vamos tributar e onde vamos tributar para poder desonerar a Previdência?" questionou Guedes. "Então, uma reforma tem que ser feita aos poucos até para as pessoas refletirem. Então vamos fazer primeiro uma reforma para imposto de valor adicionado, vamos acabar com 100 regimes [de tributação] diferentes, com o IVA [Imposto de Valor Agregado].

Está no Congresso, é a CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços]", acrescentou.

O ministro disse ainda que as reformas caminham em um ritmo "satisfatório" e que o parlamento tem um viés reformista e que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), também "está comprometido com a implementação das reformas".

Na semana passada, o relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresentou um relatório preliminar. A aprovação do texto deverá gerar uma perda líquida de arrecadação de cerca de R\$ 27 bilhões em 2022 e de R\$ 30 bilhões em 2023.

O relatório também manteve a previsão de tributação dos dividendos a 20% na fonte. Por outro lado, reduziu de 15% para 2,5% a alíquota base do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a partir de 2023.

"O segundo capítulo é sobre a renda. Vamos fazer a reforma de todos os tempos? Não, uma longa caminhada começa com um passo. Vamos tributar sobre lucros e dividendos e vamos desonerar as

empresas, a máquina de acumulação de capital, inovação e tecnologia que cria empregos", disse. Se o dinheiro ficar dentro da empresa paga só 20% de imposto, mas se quiser tirar o lucro todo aí paga 36%, mas aí a decisão é sua: se quiser tirar paga no acumulado 36% se não quiser tirar, paga 20%", exemplificou Guedes.

Encargos Na visão do ministro, os encargos trabalhistas representam "uma arma de destruição em massa dos empregos", por onerar as empresas e que o governo vai "encarar" o debate.

"Você cria um emprego e para criar um emprego de R\$ 1.100, custa R\$ 2000. Não a toa que cada trabalhador para ser empregado você tem que jogar outro no mar", disse.

Ao abordar a antiga intenção da equipe econômica de recriar um imposto sobre transações financeiras, Guedes disse ainda que "a hipocrisia de se esconder atrás do pobre é uma prática no Brasil".

Segundo ele, a cobrança não seria regressiva e teria um menor impacto para as pessoas mais pobres. O ministro citou como exemplo a cobrança de uma alíquota de 0,1% sobre as transações, o que resultaria em R\$ 1 de cobrança de carga tributária e uma movimentação de R\$ 1 mil e que o valor seria maior para quem ganha mais.

Guedes disse ainda que a reforma deve ajudar a diminuir as disputas judiciais e as isenções fiscais aplicadas a diferentes setores. Segundo o ministro, o sistema tributário brasileiro é um "manicômio", que privilegia quem tem mais dinheiro e maior poder de pressão sobre o governo.

## Relator sugere seguro em parecer

SÃO PAULO - Diante da resistência de governadores e prefeitos ao parecer preliminar que apresentou na semana passada, o relator da reforma do Imposto de Renda na Câmara dos Deputados, Celso Sabino (PSDB-PA), sugeriu, nesta quinta-feira (22), a possibilidade de incluir no projeto um dispositivo que proteja os entes de eventuais perdas em repasses federais.

repassados aos cofres das prefeituras, prejudicando a prestação de serviços públicos à população.

"Estamos oferecendo ao Ministério da Economia - e o ministro está muito sensível - uma ideia que vamos discutir daqui a pouco e foi também dialogada com alguns governadores, no sentido de colocar um seguro, um hedge, para que consigamos garantir a redução da alíquota (do IRPJ) e nenhum Estado e nenhum município tenha redução de FPE e FPM. Com isso, vamos conseguir contemplar gregos e troianos", afirmou ao lado do ministro Paulo Guedes.

Os dois participam do seminário "Reformas em Debate: Os impactos econômicos da **Reforma Tributária**", promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A versão preliminar do substitutivo, apresentada pelo relator na semana passada aos líderes partidários da Câmara dos Deputados, ampliou a redução de alíquota do Imposto de Renda para pessoa jurídica (IRPJ) dos atuais 15%, para 5% em 2022 e 2,5% a partir de 2023 - 7,5 pontos percentuais a menos do que a alíquota final estabelecida na proposta original.

Com isso, a previsão é de perda de arrecadação de R\$ 98,12 bilhões para 2023 nesta modalidade de tributação - o que reduziria os valores repassados pela União aos entes federados por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O texto prevê tributação de lucros e dividendos e outras fontes de compensação, mas, ao final, ainda projeta um rombo de R\$ 30 bilhões para as contas públicas até 2023.

As mudanças geraram duras críticas de gestores estaduais e municipais. O Comsefaz, que reúne os secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, avalia que as mudanças no texto implicariam em perdas de ao menos R\$ 27,4 bilhões para estados e municípios. A entidade pede a rejeição integral do relatório preliminar.

Já a Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca que R\$ 13,1 bilhões deixarão de ser

# Artigo: Tributação e modernidade

Por BENITO SALOMÃO - Economista do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU)

Ainda sob os danos de uma crise sanitária que está prestes a ceifar a vida de 550 mil brasileiros e às vésperas de um ano eleitoral que promete ser o mais duro dos últimos 35 anos, o Congresso brasileiro mergulha em reformas econômicas desconectadas do contexto sanitário e de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento do país. Um exemplo disso é a proposta de reforma do imposto de renda que tramita na Câmara via PL 2337/21.

Antes de adentrar nos aspectos mais técnicos da supracitada reforma, é preciso se ater às questões políticas, igualmente importantes. Sobre isso, duas questões deveriam ser respondidas: i) Por que uma reforma do Imposto de Renda, seja ela boa ou ruim, precisa ser aprovada agora e não pode esperar até 2023, de forma que seja objeto de debate público e eleitoral e tenha a legitimação do eleitor? ii) Qual a possibilidade de um modelo tributário bem-feito sair de uma reforma fatiada, isto é, aprovada em etapas, sem estabelecimento claro do que é prioridade e do que é secundário? Aliás, qual o critério de prioridade de uma **reforma tributária** aos moldes do que tramita na Câmara? Por que o Imposto de Renda e, não, a unificação de **impostos** indiretos em um único IVA?

As respostas para tais questões devem ser dadas pelas autoridades empenhadas na aprovação dessa reforma, mas algumas considerações devem ser feitas. Em relação à primeira questão, a aprovação de uma reforma por um governo impopular, cuja capacidade de reeleição é baixa e em um período próximo das eleições, pode fazer com que o assunto volte à baila política a partir de 2023, sobretudo se a atual oposição vencer as eleições. Em outras palavras, os açosamentos para aprovação de uma medida de tamanho impacto pode levar o próximo governo eleito a revisitar o assunto e reformar a reforma. Melhor seria que o parlamento tivesse gastando esse capital político para aprovar medidas emergenciais para lidar com a crise sanitária que ainda mata muitos brasileiros.

Em relação à segunda questão, há fatores mais técnicos envolvidos sobre os quais é preciso empenhar maior atenção. Um regime tributário deve se pautar por alguns princípios: i) simplicidade, ou seja, passível de ser compreendido pelo contribuinte, ii) progressividade, o que significa que os **impostos**

devem recair em maior volume sobre contribuintes com maior capacidade de pagamento e, iii) eficiência, isto é, o sistema tributário não pode causar ineficiências no sistema econômico, criando incentivos à sonegação, ao planejamento tributário e, principalmente, à alocação subótima dos recursos na economia.

O primeiro problema do projeto em trâmite é que ele não traz ganhos adicionais em nenhum dos princípios listados acima. Pelo critério da eficiência, uma reforma do IVA parece que traria mais ganhos à economia como um todo, pois unificaria vários **impostos** indiretos em um único imposto a incidir sobre valor agregado, impedindo, por exemplo, a tributação em cascata nas várias etapas das cadeias produtivas que minam a eficiência do sistema. Pela mesma razão, tal reforma não parece tornar o sistema tributário mais simples, pelo contrário, todas as mazelas do atual sistema, que o tornam excessivamente complexo e criam um elevado contencioso tributário, não são tocadas pela reforma.

Finalmente, no que se refere à progressividade, as melhoras são tímidas e poderiam estar incorporadas em uma **reforma tributária** mais ambiciosa. Resolver o problema da regressividade da carga tributária no Brasil requer um olhar especial quanto aos **impostos** sobre patrimônio, que, por sua vez, são constitucionalmente delegados a estados e municípios como IPVA, ITR e IPTU, respectivamente.

Dois problemas adicionais devem ser levados em conta em uma **reforma tributária**. Ela deve estar associada a um contexto de crise fiscal e estagnação do crescimento econômico ao qual o Brasil está submetido há quase uma década. Em outras palavras, o modelo tributário deve estar alinhado com objetivos da política macroeconômica, que não estão claros neste governo. Como uma reforma dessa natureza pode contribuir com o reequilíbrio das contas públicas e, ao mesmo tempo, não penalizar ainda mais a exaurida capacidade de crescimento da economia brasileira? Lembrando sempre que no Brasil o que determina o tamanho da carga tributária é exatamente o tamanho do gasto público. Apenas para que fique claro, o modelo tributário atual é ruim, precisa, sim, ser reformado, mas para tudo existe um tempo e um contexto. É preciso estabelecer, primeiro, as diretrizes macroeconômicas do país, em seguida vem a escolha dos instrumentos para alcançá-las.

**Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2021/07/4939916-artigo-tributacao-e-modernidade.html>

# Bolsonaro atende partidos e indica "fundão" de R\$ 4 bi

Depois de anunciar que vetaria o fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões, o presidente Jair Bolsonaro admitiu ontem que vai manter cerca de R\$ 4 bilhões de verba para a campanha eleitoral do ano que vem. Com isso, Bolsonaro sinalizou que concorda com o mínimo estipulado pelas legendas representadas no Congresso, lideradas pelo Centrão, para o financiamento da eleição em 2022.

Para justificar os R\$ 4 bilhões, em uma conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, o presidente citou uma projeção errada para a **inflação** e distorceu informações sobre o que diz a lei em relação ao financiamento de campanhas. Ele disse ser obrigado a limitar o montante ao valor da última eleição, mais a correção inflacionária, e afirmou que isso daria R\$ 4 bilhões.

Nem uma informação nem outra, no entanto, estão corretas.

"(Quero) Deixar claro uma coisa, vai ser vetado o excesso do que a lei garante. A lei (prevê) quase R\$4 bilhões. O extra de R\$ 2 bilhões vai ser vetado. Se eu vetar o que está na lei, eu estou em curso de crime de responsabilidade", disse Bolsonaro a apoiadores no Alvorada.

O presidente ainda não recebeu o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim que receber, terá 15 dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo, conforme técnicos ouvidos pelo Estadão/Broadcast Político.

Ainda ontem, em entrevista à rádio Arapuan, da Paraíba, Bolsonaro disse que "nenhum partido" irá influenciar em sua decisão de vetar ou não o aumento do chamado fundão. O presidente tenta minimizar críticas de que atende aos interesses do Centrão, grupo de legendas que o apoia no Congresso.

Ao votar a LDO, o Congresso aprovou um dispositivo que muda o cálculo do fundo eleitoral em 2022, aumentando o patamar para R\$ 5,7 bilhões. Bolsonaro deve vetar esse artigo, o que, na prática, deixa o valor em aberto.

O montante será definido em outro projeto, o da Lei Orçamentária Anual (LOA), que o governo costuma enviar em agosto.

O projeto deve ser votado no Congresso até o fim do ano.

Nessa segunda proposta, após a definição do valor, o presidente terá a opção de sancionar ou vetar integralmente a verba. Como o fundo eleitoral é uma despesa obrigatória, criada por lei, os recursos ficam "blindados" no Orçamento.

A legislação não estipula valor específico para o fundo eleitoral e nem limita o reajuste à **inflação**. Pela lei, o fundo deve ser abastecido com o recolhimento de **impostos** gerado pelo fim da propaganda partidária, um montante de R\$ 803 milhões em 2022, mais um percentual não definido das emendas de bancada, calculadas em R\$ 8 bilhões no ano que vem. Daí sairá a despesa para as campanhas.

Bolsonaro citou a **inflação** para justificar os R\$ 4 bilhões. O valor de 2020 mais a correção inflacionária, porém, elevaria o financiamento para R\$ 2,197 bilhões.

É a soma da despesa de 2020 (R\$ 2,034 bilhões) mais os índices do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 2021 e 2022 projetados na LDO.

Procurada, a Secretaria de Comunicação não respondeu sobre o cálculo do presidente.

Supremo

A ministra Rosa Weber deu 10 dias para que Arthur Lira e Rodrigo Pacheco expliquem o fundo de R\$ 5,7 bilhões. Seis parlamentares contrários ao aumento da verba acionaram o Supremo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Bolsonaro fará veto parcial

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que deverá sancionar o fundo eleitoral em torno de R\$ 4 bilhões para as eleições de 2022 e retirar o "excesso" aprovado pelo Congresso dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em 15 de julho. O Parlamento quase triplicou o valor dos recursos públicos para financiar as campanhas, que foi de R\$ 2 bilhões em 2020, elevando para R\$ 5,7 bilhões. A declaração do presidente foi feita a apoiadores na saída do Palácio da Alvorada. Técnicos do Congresso, entretanto, avaliam que o presidente não tem o poder de vetar trechos separados do mesmo dispositivo, eliminado apenas o "excesso". Bolsonaro teria que derrubar integralmente o valor de R\$ 5,7 bilhões e enviar outra proposta com o novo montante para o chamado "fundão" eleitoral.

A LDO estipula as regras para elaboração do Orçamento, incluindo as previsões de receitas, despesas, e a meta fiscal. O Orçamento 2022 deve ser enviado pelo governo para apreciação do Congresso até 31 de agosto. Bolsonaro, então, tem pouco mais de um mês para propor novos valores. Em seu parecer, o relator, deputado Juscelino Filho (DEM-MA), incluiu um dispositivo que prevê que, além de ser composto por uma parte das emendas de bancada estaduais, o fundo receberá 25% dos recursos que a Justiça Eleitoral teve em 2021 e terá em 2022.

"Deixar claro uma coisa: vai ser vetado o excesso do que a lei garante? A lei garante quase R\$ 4 bilhões de fundo. O extra de R\$ 2 bilhões vai ser vetado. Se eu vetar o que está na lei, estou incurso em crime de responsabilidade. Espero não apanhar do pessoal como sempre. Porque se o pessoal começar a bater muito, vão escolher para segundo turno Lula ou Ciro. A crítica é válida quando ela tem fundamento. É igual leite condensado. Parte da direita bateu tanto em mim que eu falei: "Pô, pelo amor de Deus, será que estou consumindo tanto leite condensado assim?", afirmou.

Na última terça-feira, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), afirmou que o presidente armava um acordão para dobrar o valor do fundo eleitoral, de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 4 bilhões, com reajuste acima da inflação. Ontem, Bolsonaro também sugeriu que a correção deveria ter sido feita pela inflação. "No ano retrasado, eu sancionei algo parecido, mas levando-se em conta a inflação do período. Eu não tinha como vetar. Alguns queriam que eu vetasse mesmo assim. Se eu vetar, eu incurso no artigo 85 da Constituição, que fala dos crimes de responsabilidade", repetiu.

Bolsonaro também voltou a questionar a segurança das urnas eletrônicas e cobrou novamente a implantação do voto impresso para o ano que vem. "Tá na cara que querem fraudar de novo. Eleições democráticas são aquelas que você confirma o seu voto", disse. Ele repetiu que vai apresentar, na próxima quinta-feira, em sua live semanal, que deve ser transmitida no Ministério da Justiça, provas de que houve fraudes em eleições anteriores.

De acordo com o presidente, essas provas teriam sido fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "São três momentos, inacreditável o que a gente vai mostrar com fotografias, de dados fornecidos pelo próprio TSE. Se bem que faltam mais dados ainda que não entregaram pra gente. Então, logo a gente concluiu isso daí, que o trabalho não é fácil. Se bem que agora já dá pra demonstrar claramente, até pela maneira como o ministro Barroso está se posicionando, está esquisito", disse o presidente, voltando a criticar o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso.

Ainda sem provas, Bolsonaro voltou a atacar dirigentes regionais e sugerir que estados e municípios tenham inflado o número de casos e mortes por COVID para obter mais repasses do governo federal. "Quantas vezes vocês já ouviram falar, ou viram vídeos, a pessoa chegou no hospital, não tinha COVID, foi pra UTI de COVID, porque custa R\$ 2 mil de COVID. A UTI normal, R\$ 1 mil. Então, é interesse de super notificação", declarou.

SUPREMO A Weber, do Supremo Tribunal Federal, deu 10 dias para que a Mesa Diretora do Congresso Nacional, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prestem informações sobre a aprovação do fundo de R\$ 5,7 bilhões para as campanhas eleitorais de 2022. O despacho foi dado na ação impetrada no STF por seis deputados e um senador contrários ao aumento da verba eleitoral, que foi de R\$ 2 bilhões em 2020.

Responsável por decisões urgentes durante o final do recesso judiciário, a ministra, que está no exercício da presidência da corte, entendeu que seria necessário solicitar as informações antes da análise do pedido liminar dos parlamentares - para anular a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso e proibir o aumento do fundo eleitoral no ano que vem. Rosa destacou a natureza do processo, de "correção do procedimento legislativo de votação".

As informações a serem prestadas pelo Congresso serão encaminhadas ao gabinete do ministro Kassio Nunes Marques, relator do processo. Se a decisão for favorável, o Congresso precisará fazer nova votação na LDO e ficará proibido de aumentar o fundo. Os parlamentares argumentam ao STF que a regra de cálculo do fundo foi inserida no projeto e "não houve atendimento a um prazo razoável de deliberação quanto a uma mudança tão impactante" Além disso, dizem que o aumento dos recursos em plena pandemia "foge à razoabilidade" e "gera um esvaziamento dos direitos e garantias fundamentais da população". O mandado de segurança é assinado pelos deputados Adriana Ventura (Novo-SP), Daniel Coelho (Cidadania-PE), Felipe Rigoni (PSB-ES), Tabata Amaral (PDT-SP), Tiago Mitraud (Novo-MG) e Vinicius Poit (Novo-SP), além do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

I LEIA MAIS SOBRE DECLARAÇÕES

DE BOLSONARO PÁGINA 4

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/07/2021/p1>

# Tarifa de lixo

**André Gustavo Fleury de Melo**

O Brasil está entre os países com maior taxa tributária do mundo, sendo que 38% da economia nacional estão destinados ao pagamento de **impostos**. O IPTU é apenas mais um imposto, que vai direto para os cofres públicos, e serve para pagar uma infinidade de contas que a administração municipal tem que honrar, como contratos de prestação de serviços e pagamento de salários de servidores municipais, e também é utilizado para a manutenção da cidade. Desta forma, a prefeitura deve estabelecer as prioridades para a utilização do recurso, como as áreas de infraestrutura, saúde, educação, segurança e outros setores necessários ao funcionamento da cidade.

Por que querem criar a taxa de recolhimento de lixo se já pagamos para isso? A bitributação não é ilegal?

O dinheiro público não é respeitado, e está sendo gasto inutilmente em diversas esferas do funcionalismo público, a começar pela Câmara dos Vereadores, Assembleias Legislativas, Prefeitura, que gozam de inúmeras mordomias e diversos assessores em cargos comissionados, jantares, bebidas caras e até sapatos de grife! O fundo eleitoral criado em 2017 já tinha um orçamento absurdo de R\$ 2 bilhões para financiar campanha política e acaba de ser aprovado no Congresso um aumento, passando para R\$ 5,7 bilhões. Dinheiro que deveria estar sendo usado na construção de escolas, hospitais, na segurança, infraestrutura, e por que não na coleta de lixo?

Ora, se não tem dinheiro para bancar sua própria campanha, não se candidate!

O brasileiro só vai conseguir enxergar essas mazelas quando pararem de defender nos grupos de WhatsApp fulano de esquerda ou ciclano de direita e se unirem em um só propósito: salvar o Brasil das garras desse bando de "cupim de aço" que hoje integra todas as esferas, nas mais altas cortes desse lindo país!

André Gustavo Fleury de Melo

Centro - Goiânia

**Site: <https://www.opopular.com.br/digital/27-julho-2021/1o-caderno>**

## Vamos discutir imposto? (3)

A mais nova "novela" protagonizada pelo governo federal e cujos capítulos parecem intermináveis - e com risco de um final bem diferente da maioria dos folhetins televisivos - é a da reforma do Imposto de Renda.

É cada vez maior o número de especialistas e entidades que demonstram sua contrariedade em relação ao PL 2.337/21, sob o argumento de que ela traria ainda mais peso à sociedade e as empresas, além de tornar o sistema tributário ainda mais complexo do que já vemos hoje.

Esta semana mesmo virou notícia um manifesto assinado por associações de advogados e especialistas em Direito Financeiro e Tributário, de consumidores de energia, do comércio. Evidentemente cada um desses grupos está vendo o seu lado, temendo que a mordida do "leão" seja ainda maior, ou mesmo que medidas venham a trazer insegurança jurídica ou obriguem o setor empresarial a rever suas estruturas de organização financeira e societária.

Como toda mudança, dificilmente uma **reforma tributária** irá agradar a todos.

Alguém terá que pagar a conta, afinal a máquina estatal depende sobremaneira dos recursos que ingressam via **impostos** de renda, sejam eles de pessoa física ou jurídica. A grande questão que parece ser invisível ao atual, como aos governos anteriores, é a necessidade de discutir amplamente assuntos como este. Ouvir os cidadãos comuns, os empresários, os especialistas, e o Executivo, de sua parte, expor clara e objetivamente os argumentos para tais reformas.

Valer-se, inclusive, de estudos e propostas que vêm sendo feitas com o objetivo de tornar a política tributária mais justa e sintonizada com as necessidades tanto dos contribuintes como do poder público. As discussões realizadas em âmbito de Congresso Nacional já mostraram que não são suficientes para que se chegue a um denominador que gere mais equilíbrio. A menos que haja uma pressão popular muito grande, os lobbies do setor empresarial e do meio político tendem a ser os fiéis da balança.

O Brasil possui alguns dos melhores economistas e doutores em tributação do mundo. Por que não ouvi-los, colocar seus argumentos na mesa e analisar a viabilidade das propostas? Por que não chamar as entidades representativas de consumidores, pequenos ou grandes, para entender de que forma determinadas

medidas impactarão em suas vidas?

Já passou da hora de tirar o Brasil da posição de um dos países com as maiores cargas tributárias e cujo sistema é um dos mais complexos do mundo.

Não dá mais para continuarmos marcando passo e não avançarmos.

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10616>

# Os múltiplos benefícios da moeda digital (2)

**REGINALDO LOPES Deputado federal (PT-MG)**  
**dep.reginaldolopes@camara.leg.br**

Finalmente o Banco Central brasileiro anunciou um plano de implementação do dinheiro digital, que pode entrar em circulação em dois ou três anos. Inaugurei esse debate em 2015 no Congresso Nacional, quando apresentei o Projeto de Lei 48/2015, propondo o fim do dinheiro em espécie com um prazo de transição de dez anos. Com a demora no trâmite da matéria, em 2020 apresentei o PL 4.068, reduzindo o período de mudança para os próximos dois anos.

O Brasil poderia estar muito mais avançado na sua digitalização monetária.

Foi a realidade que fez as coisas se adiantarem. A pandemia acelerou a transformação do comportamento do indivíduo em relação ao consumo e na maneira de pagar, com o aumento das compras online. As inovações tecnológicas e suas novas relações comerciais digitais também ajudaram na evolução do processo. O próprio Banco Central deu sua contribuição com a instituição do Pix, que caiu no gosto popular.

No mundo, a China é o país mais avançado na eliminação do dinheiro de papel. Por lá, os cartões são pouco usados, e a preferência é o pagamento via carteiras digitais tipo Wechat e Alipay, criadas por empresas. O governo chinês ficou incomodado com a ameaça de perder o controle do sistema financeiro para Big Techs e acelerou os testes do Yuan Digital. Uma campanha chegou a sortear valores digitais entre a população, para que as pessoas experimentassem o novo dinheiro. Além disso, o BC chinês lançou um aplicativo próprio, uma espécie de PicPay oficial.

Os objetivos da China vão muito além do seu mercado interno e podem representar uma mudança estrutural nas relações do comércio exterior, hoje baseada no dólar. A ascensão de moedas digitais pode dar à China o poder de liderança que já exerce nas exportações. O sistema e-yuan quer evitar que uma siderúrgica chinesa tenha que comprar dólares para adquirir minério de ferro do Brasil. A saída apresentada é a criação de uma espécie de casa de câmbio automática, capaz de converter e-yuans em e-reais instantaneamente, sem passar pelo sistema bancário internacional.

Como o maior parceiro comercial do Brasil é a China, é preciso que o nosso Banco Central acelere a

circulação do Real Digital. A digitalização do sistema financeiro brasileiro tem muitas outras vantagens. Seria uma forma de enfrentar a sonegação, que representa um prejuízo de R\$ 500 bilhões para o Estado brasileiro. Com 12% da arrecadação na dívida ativa, a digitalização do sistema fazendário poderá fazer com que o sistema faça a repartição da arrecadação diretamente nas contas de cada ente federado, diminuindo a burocracia e as apropriações indébitas do atual sonegador, que recebe do consumidor os **impostos** e não repassa para o país.

A moeda digital seria também um duro golpe contra a economia subterrânea, presente na corrupção, na lavagem de dinheiro, no tráfico de drogas e no crime organizado. Como toda transação financeira poderá ser rastreada, a prática desses crimes será dificultada.

Além disso, a medida reduziria os custos com emissão do papel-moeda.

Seis anos após a apresentação do meu projeto para eliminar o dinheiro de papel, a discussão do tema ganhou novos contornos. Agora, a digitalização completa da economia pode representar uma nova fase do sistema de transação monetária internacional. Os governantes que sempre foram céticos a essa minha proposta agora têm que correr atrás do prejuízo para o Brasil não ficar para trás.

A moeda digital seria um duro golpe contra a economia subterrânea, presente na corrupção, na lavagem de dinheiro, no tráfico e no crime organizado

**Site:** <http://digital.otempo.com.br/leitor>

## Inflação: transitória e persistente (2)

**ERNESTO LOZARDO, PROFESSOR DE ECONOMIA DA EAESP-FGV, É AUTOR DO LIVRO "O.K., ROBERTO. VOCÊ VENCEU! O PENSAMENTO ECONÔMICO DE ROBERTO CAMPOS" (EDITORA TOPBOOKS, 2018)**

Há inúmeros fatores que influenciam a tendência dos indicadores da **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Existem indicadores que apontam para um aumento de preços de forma persistente e outros que sinalizam uma transitoriedade. A política monetária, embora tenha a incumbência de controlar a elevação de preços para manter o poder de compra da moeda, tem alcance limitado em relação à ascensão contínua dos preços. Isso se deve ao fato de que existe a elevação de preços mais duradoura, causada por choques, escassez de oferta e preços administrados, e a de natureza transitória, que pode ser de demanda.

A pandemia da covid-19 é um fator conjuntural que desestruturou e reduziu as cadeias de ofertas globais de produção de bens e serviços.

Influiu, também, na queda da demanda, tanto por causa do fechamento da economia e o elevado desemprego como pela redução da renda familiar, causando, inicialmente, deflação.

No entanto, as políticas de estímulo fiscal de vários países - algo em torno de US\$ 20 trilhões - reverteram a tendência recessiva e deflacionária.

Os estímulos das economias desenvolvidas e da China incentivaram o crescimento e o surto inflacionário.

No Brasil, o impacto da pandemia não tem sido diferente, o fator vacinação é determinante, porém a questão inflacionária requer análise mais cuidadosa. No caso brasileiro, há choques internos e externo de preços e a resposta para a reabertura poderá ser diversa. Há que considerar efeitos inflacionários transitórios e persistentes.

O avanço gradual da vacinação - cujo alvo é atingir 70% da população brasileira com duas doses até o fim deste ano - motivará a reabertura econômica, mas a retomada do crescimento será lenta, porque a renda social caiu, o desemprego permanece muito elevado e os investimentos permanecerão baixos.

Um dos aspectos que elevaram o peso dos fatores inflacionários persistentes foi a redução da oferta das

cadeias de produção. Neste caso, o tempo de recuperação será longo e terá impacto sobre a **inflação**.

A crise hídrica, a maior em quase cem anos da nossa história, conjugada com o estreitamento das cadeias de oferta, fará com que a oferta de bens e serviços caminhe atrás da demanda.

Isso é inflacionário.

Se somarmos a isso a falta de água para a irrigação da agricultura e para o agronegócio, a **inflação** influirá na cadeia alimentar até 2022.

Os preços dos combustíveis, das commodities minerais e dos derivados de petróleo continuarão em alta até meados de 2023.

Visto que a possibilidade é de dois terços da população ter recebido a segunda dose da vacina contra a covid-19, a recuperação efetiva do setor de serviços dependerá da elevação da renda real da sociedade, algo pouco provável.

Transportes e alimentos influirão na alta da **inflação**, mas terão efeitos transitórios ao longo dos próximos dez meses.

O efeito transitório dos indicadores de **inflação** poderá se estender por um período de 10 a 12 meses, ao passo que o efeito mais duradouro poderá alcançar 24 meses. Nota-se que o peso setorial relativo dos preços persistentes supera o dos transitórios.

Neste contexto, caberá à política monetária calibrar a alta dos juros, considerando que há setores cuja influência dos juros é quase nula, em face da inelasticidade do preço- demanda do bem, e as características conjunturais que manterão elevado o nível da **inflação** e reduzirão o crescimento potencial nos próximos anos. Neste ano, a **inflação** poderá estar próxima de 6,5% e, em 2022, em torno de 4%. É bom lembrar que nem todas as cartas do crescimento e do controle da **inflação** estão nas mãos da política monetária.

**ERNESTO LOZARDO, PROFESSOR DE ECONOMIA DA EAESP-FGV, É AUTOR DO LIVRO "O.K., ROBERTO. VOCÊ VENCEU! O PENSAMENTO ECONÔMICO DE ROBERTO CAMPOS" (EDITORA TOPBOOKS, 2018)**

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# 'Carta branca' para Moro, Centrão e número de ministérios: relembre as vezes em que Bolsonaro recuou no discurso

## O Globo

BRASÍLIA - Após garantir diversas vezes que vetaria o fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões, o presidente Jair Bolsonaro recuou. Nesta segunda-feira, ele disse que pretende se opor apenas a um "valor extra", sinalizando a instituição do fundo com cerca de R\$ 4 bilhões para as eleições de 2022, o dobro do valor do pleito de 2020. Mas esta não é a primeira vez que o chefe do Executivo muda de opinião sobre temas importantes desde que foi eleito para ocupar o cargo.

No mais recente episódio, Bolsonaro chancelou a aproximação com o Centrão - grupo alvo de duras críticas durante a campanha presidencial de 2018 - com a indicação de Ciro Nogueira (PP-PI) para a Casa Civil. Enquanto tentava conquistar os eleitores, Bolsonaro também garantiu carta branca para o então juiz Sergio Moro aceitar a vaga de ministro da Justiça. O "casamento", entretanto, terminou em divórcio após o presidente determinar a substituição do diretor da Polícia Federal.

Veja outras vezes em que o presidente 'rasgou' o discurso:

### Carta branca para Moro

Em novembro de 2018, após o então juiz Sergio Moro aceitar ser ministro da Justiça, Bolsonaro prometeu que ele teria "liberdade total" e "carta branca" na pasta. Entretanto, o ministro pediu demissão do cargo em abril de 2020 após o presidente determinar a substituição do diretor da Polícia Federal.

### Fundo eleitoral

Em 2019, Bolsonaro chegou a afirmar que a "tendência" era que ele vetasse o fundo eleitoral de R\$ 2 bilhões, definido para o pleito do ano seguinte. Entretanto, o presidente voltou atrás e disse que, se não sancionasse o texto, poderia ser acusado de crime de responsabilidade.

Agora, repetiu diversas vezes que vetaria o fundo de R\$ 5,7 bilhões, mas sinalizou que pode concordar com uma redução para R\$ 4 bilhões.

### Reeleição e reforma política

Durante a campanha à Presidência da República, Bolsonaro afirmou que pretendia fazer uma **reforma política** que acabaria com a reeleição. Já no governo, jogou a responsabilidade da reforma ao Congresso e passou a dizer publicamente que pode ser candidato nas eleições do ano que vem.

### Centrão no governo

Também na campanha, Bolsonaro criticava o Centrão e afirmou que não negociaria ministérios em troca de apoio no Congresso. O presidente começou a aceitar indicações dos partidos no segundo escalão no ano passado, e sacramentou a aliança neste ano ao colocar nomes do grupo em ministérios como Casa Civil (Ciro Nogueira, do PP), Secretaria de Governo (Flávia Arruda, do PL) e Ministério da Cidadania (João Roma, do Republicanos).

### Privatização da EBC

Bolsonaro prometeu durante a campanha, e reforçou quando já estava no Palácio do Planalto, que privatizaria a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Em abril, a empresa foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), mas o processo não avançou desde então.

### Número de ministérios

Enquanto pedia votos em 2018, Bolsonaro afirmou que, se fosse eleito, seu governo teria "no máximo" 15 ministérios. Entretanto, a gestão começou com 22 pastas, número que subiu com a recriação do Ministério das Comunicações. O número voltou a 22 com a autonomia do Banco Central, mas aumentará novamente com a anunciada recriação do Ministério do Emprego e Previdência que, até então era uma secretaria do Ministério da Economia.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/brasil/carta-branca-para-moro-centrao-numero-de-ministerios-relembre-as-vezes-em-que-bolsonaro-recuou-no-discurso-25127612>